

ESCRAVOS DA HISTÓRIA

Dois importantes remanescentes de quilombos começam a vislumbrar a propriedade de terras ocupadas em 300 anos de resistência

Anamaria Rossi (texto)
Carlos Moura e André Corrêa (fotos)
Da equipe do Correio

Meio milênio não foi o bastante para descobrir o Brasil. Esse país de tantas caras, ainda esconde — sob a proteção de 300 anos de resistência — centenas de núcleos remanescentes de quilombos. Formadas por descendentes de escravos fugitivos e encravadas nos mais longínquos grotões, as comunidades quilombolas desenham o outro lado da face negra do Brasil.

Camuflada até agora pela cara malhada da unanimidade nacional, é essa cara negra, escrava da história,

que começa a ser resgatada ao patamar da cidadania. A desapropriação de 23 mil hectares no município de Bom Jesus da Lapa, Bahia, em favor da comunidade negra do Rio das Rãs e a demarcação, como sítio histórico, de 237 mil hectares ao nordeste de Goiás ocupados há mais de 200 anos pelos Kalunga são os primeiros passos nesse sentido.

Diz o artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988: "Aos remanescentes das comunidades dos Quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos".

Oito anos depois, embora o dispositivo ainda não tenha sido regulamentado, a comunidade negra do Rio das Rãs, espalhada por 27 mil hectares de caatinga na margem direita do rio São Francisco, está prestes a se tornar o primeiro remanescente de quilombo a receber o título definitivo das terras com base na Constituição, o que deve acontecer até o próximo mês.

"A desapropriação dos 23 mil hectares que não pertencem à União está em fase final", informa o superintendente do Incra (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) na Bahia, Clessom Dias.

Em 1984, o estado de Goiás já havia reconhecido a propriedade de 20 mil hectares em Monte Alegre e algumas famílias Kalunga. Porém, só em junho deste ano foi concluída a

demarcação do sítio histórico. A titulação definitiva das terras em nome dos Kalunga depende da conclusão de uma ação discriminatória que pode demorar até quatro anos.

"Com isso, o Estado cumpre um atraso que vem desde a abolição e a estruturação da República, quando o escravo libertado era impedido de possuir a terra em função do regime de sesmarias", defende a presidente da Fundação Cultural Palmares, Dulce Maria Pereira. "O Estado reconhece que foi perverso e que a inclusão do povo negro no processo de desenvolvimento passa pela terra", completa.

Responsável pela preservação da cultura negra no Brasil, a Fundação Palmares, ligada ao Ministério da Cultura, está coordenando o processo de reconhecimento da comuni-

dade negra do Rio das Rãs. "É o quilombo mais importante, porque encerra em sua história todos os conflitos de terra do Brasil: a posse por sesmaria, a fazenda improdutiva e o desrespeito ambiental por parte dos fazendeiros", analisa Dulce Pereira.

TERRITÓRIO ÉTNICO

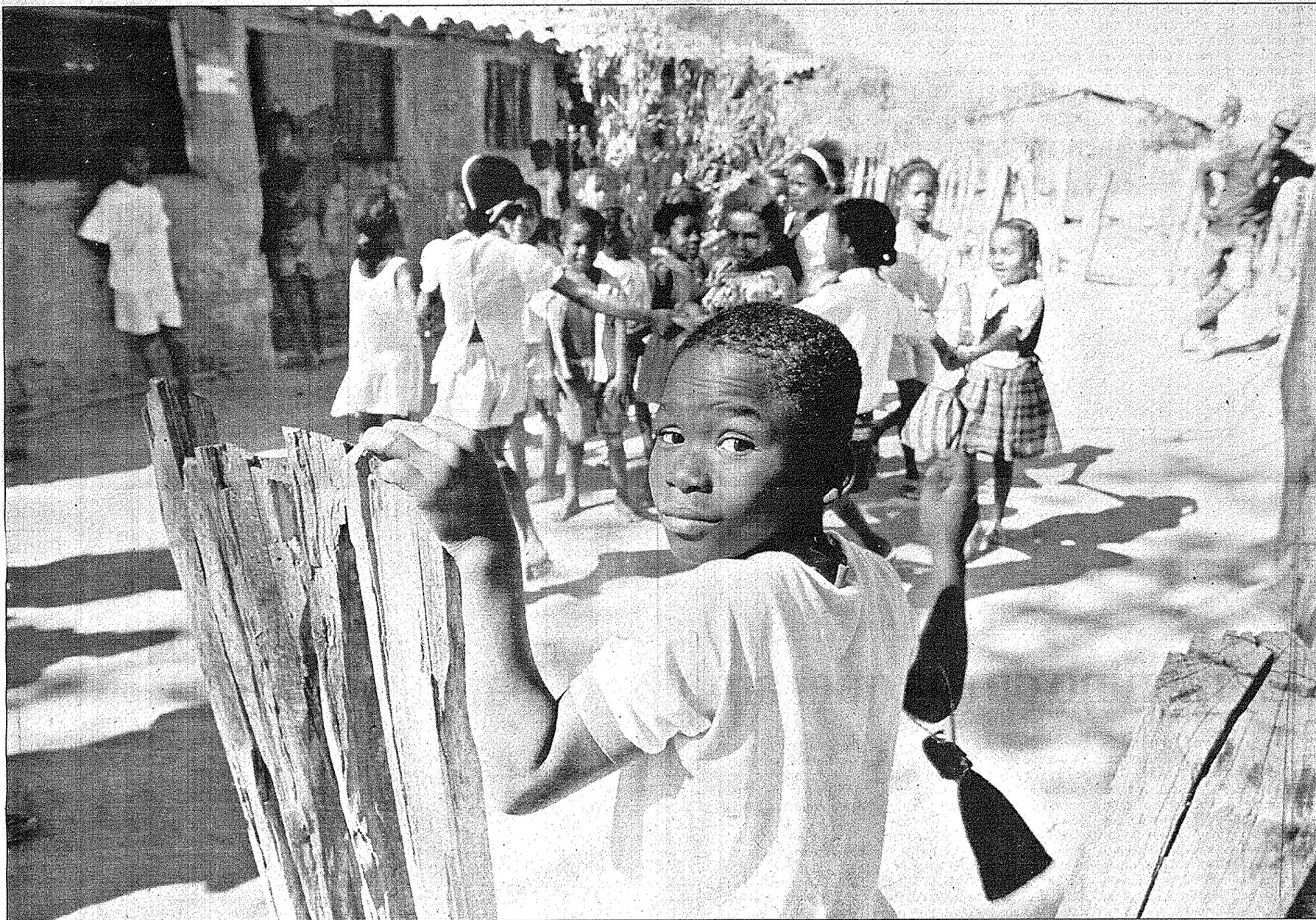
Ao reconhecer a propriedade das terras para os quilombolas, o que ela considera mais importante é a cristalização do conceito de território étnico, transformando numa espécie de reserva negra a área ancestralmente ocupada pelos descendentes dos escravos fugitivos.

Embora ainda não se tenha feito, no Brasil, um levantamento preciso dos quilombos espalhados pelo imenso território nacional, as estimativas apontam para a existência de quase mil comunidades. "Mapelas é o nosso principal objetivo", adianta Dulce.

Algumas dessas comunidades já foram identificadas e são objeto de processos e ações com vistas ao seu reconhecimento como remanescente de quilombo. Entre elas estão: Curiaú, no Amapá; Sacotiaba, na Bahia; Mocambo, em Sergipe; Cafusos do José Boiteaux, em Santa Catarina; Itapecuru e outras, no Maranhão; Trombetas, no Pará; Cafundó e outras, no Vale do Ribeira, São Paulo.

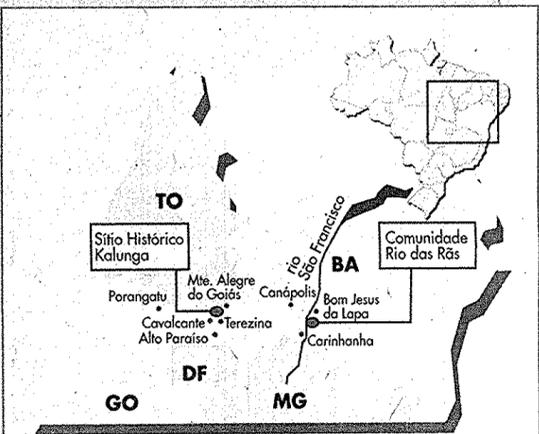
O instrumento que pode legitimá-las como remanescentes de quilombos, para efeito do cumprimento do dispositivo constitucional, é o laudo antropológico oficial, que apenas algumas comunidades possuem. A luta jurídica que para os quilombolas do Rio das Rãs e do Kalunga está perto do fim, para outros milhares de negros espalhados pelo Brasil está apenas começando.

■Fotos Rio das Rãs: Carlos Moura
Fotos Kalunga: André Corrêa



Comunidade negra do Rio das Rãs, no sertão do sudoeste baiano: primeiro remanescente de quilombo que, em vez de uma demarcação precária com cercas de varas, está prestes a conquistar a propriedade definitiva de suas terras

ONDE ESTÃO OS QUILOMBOS



O Sítio Histórico Kalunga fica entre Terezina, Cavalcante e Monte Alegre, a nordeste do estado de Goiás, próximo à divida com Tocantins, a 330 km de Brasília. A reserva tem 237 mil hectares e agrupa cinco "municípios": Vão do Moleque, Ribeirão dos Bois, Vão das Almas, Contenda e Kalunga.

O acesso às localidades den-

tro da reserva é difícil e demorado.

A comunidade do rio das Rãs localiza-se 70 km ao sul de Bom Jesus da Lapa (BA), município a 650 km de Brasília pela estrada que liga Posse (GO) a Correntina (BA). As vilas Brasileira, Rio das Rãs, Exu, Capão do Cedro e Bom Retiro ficam na margem direita do rio São Francisco.

Dois projetos, duas idéias

Dois projetos de lei tramitam no Congresso Nacional na tentativa de regulamentar o artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição, que prevê a titulação, em nome dos quilombolas, das terras ocupadas por remanescentes de quilombos. Ambos são de parlamentares petistas, porém guardam uma diferença básica. Enquanto o PL 627/95, do deputado baiano Alcides Modesto, prevê que a Fundação Cultural Palmares coordene os trabalhos de reconhecimento das terras de remanescentes de quilombos, o PL 129/95, da senadora carioca Benedita da Silva, deixa a cargo do Incra os procedimentos para regularizar a situação fundiária dos quilombos.

Os dois partiram de princípios diferentes. Benedita limitou-se à questão fundiária, o que a levou naturalmente a eleger o Incra como instrumento. Modesto, por sua vez, buscou apoio nos artigos 215 e 216 da Constituição, que dispõem sobre Patrimônio Cultural Brasileiro, considerando os remanescentes de quilombos como acervo a ser preservado.

"Demos mais ênfase ao conceito de cultura que ao fundiário porque a regulamentação não deve se restringir à mera titulação, mas

deve especificar o tipo de titulação e, mais do que isso, estabelecer normas protetoras da identidade desses grupos", justifica o deputado.

De acordo com seu projeto, caberá à Fundação Palmares reconhecer, identificar e delimitar a área, com base em estudos e levantamentos históricos, antropológicos e cartográficos. Os procedimentos necessários à desapropriação, demarcação e expedição dos títulos ficarão a cargo do Incra.

COLETIVO

Se os remanescentes de quilombos não viverem em comunidade, eles devem receber títulos individuais das terras. Quando viverem em comunidade, devem constituir uma associação em nome da qual será expedido o título de propriedade. O projeto proíbe a alienação das terras e determina que caberá à própria comunidade disciplinar o uso da área.

Já a senadora Benedita da Silva prevê, em seu projeto, que o Incra promova a discriminação e demarcação das terras. Aos interessados cabe apresentar as características étnicas e raciais, histórico da ocupação e elementos que comprovem a posse.

MEMÓRIA

Trajetórias de conflito

Os remanescentes de quilombos que habitam o vale do rio das Rãs estão ali há mais de 150 anos. O mais velho morador da região, seu Chico Thomé, do Bom Retiro, tem 102 anos. Seu pai e seu avô nasceram ali.

O primeiro fazendeiro a se declarar dono da terra foi Deocleciano Pires Teixeira — pai de Anísio Teixeira —, cujos netos Jaime e Carlos Teixeira iniciaram a perseguição aos negros, nos anos 70.

Em 1982, parte das terras foi transferida para o Grupo Bial-Bonfim, o terceiro maior produtor de algodão do país. Segundo levantamento elaborado por antropólogos para a Procuradoria Geral da República, o presidente do grupo, Carlos Bonfim, continuou a perseguição, destruindo casas e roças, envenenando o rio e derrubando matas.

A partir de 1992, a questão chegou aos tribunais. Com o apoio da sociedade civil, os ne-

gros criaram a Associação Agropastoril e Quilombola do Rio das Rãs, em nome da qual será titulada a terra.

Com os Kalunga, a história não foi menos cruel. Com a instalação de mineradoras na região a partir de 1730, explorando mão de obra escrava, os negros fugitivos buscavam a liberdade nos vãos da Serra Geral. Até 1970, quando agentes da Sucam e religiosos chegaram à região, ficaram praticamente isolados do resto do mundo.

A antropóloga Mari Baiocchi chegou aos Kalunga em 1982, fazendo um levantamento completo da vida da comunidade. Ela desempenhou papel fundamental na mobilização para a conquista da terra pelos Kalunga. Acuados por fazendeiros, garimpeiros e pescadores, eles passaram também pela ameaça de construção de uma usina hidrelétrica no Paranã, o que inundaria grande parte de sua área. A idéia não vingou.

RIO DAS RÃS

UMA VILA MAIS QUE BRASILEIRA

O asfalto passa a poucos metros da Vila Brasileira, a maior e mais bem estruturada das cinco comunidades do vale do rio das Rãs. Mas o desenvolvimento está a décadas de distância. O ônibus que sai de Bom Jesus da Lapa só vai até lá duas ou três vezes por semana.

Na vila Rio das Rãs, a 6km de estrada de chão da Brasileira, encontramos um dos principais líderes da região, Mário Nunes de Souza, acamado há uma semana, com o olho machucado e sem condições de ir ao hospital na cidade.

Isso é rotina para os moradores do vale. O único posto de saúde da região, construído na Brasileira, ainda não está funcionando.

A Brasileira é também a única vila que possui um chafariz, inaugurado no ano passado. Com suas 90 casas de pau-a-pique enfileiradas ao longo da margem do rio das Rãs, os moradores não têm encanamento para levar a água a todos.

O chafariz só atende ao consumo básico. Para os banhos e a lavagem de roupas e vasilhas existe o rio — que, na seca, se reduz a umas poças de água disputadas com os cavalos e o gado.

Brasileira, Rio das Rãs e Exú têm escola municipal de primeiro grau. Quase todas as vilas possuem igrejas evangélicas e em Exú está o principal líder espiritual da região, Andreilino, 66 anos, uma espécie de pai-de-santo que mistura símbolos católicos, espíritas e africanos e faz "cirurgias espirituais".

O plantio obedece ao ciclo das águas. Durante as cheias, de novembro a março, as populações ribeirinhas migram para as terras altas. Na seca, voltam e plantam mandioca, feijão, abóbora, melancia e maxixe na margem úmida do São Francisco — o lameiro.

Há roças familiares e coletivas. Todo ano, a assembleia define que área cada família cultivará. Porcos e galinhas engordam no quintal.



Processo de fabricação da farinha: o trabalho reúne as famílias ao redor de montanhas de mandioca, num dos principais ritos coletivos da Vila Brasileira

POUCO CASO PARA POEIRA E CANSAÇO

Os olhos vivos, o cabelo lustroso e a pele estupidamente negra chamam a atenção para a beleza de Paulina Archanjo Rodrigues, 36 anos, nascida e criada na Vila Brasileira, à margem do rio das Rãs. Mãe de Hélio, Edinéia, Sinvaldo e Simone — uma escadinha que desce dos 12 aos sete anos — e mulher de Símplicio Archanjo Rodrigues, 36, Paulina se destaca pela calma e sábia liderança que exerce entre as mulheres da vila.

Ela é uma das poucas pessoas da comunidade que completaram o

primeiro grau. E está entre as que tentaram a vida em São Paulo, como domésticas, antes de criar família no quilombo.

Todas as tardes, Paulina e outras mulheres caminham até a horta comunitária, enchem os baldes na única bica d'água e carregam em várias viagens até os canteiros e as covas de mandioca. "É difícil, mas quando tem mandioca a gente faz fartura", diz.

A noite, no quadro-negro que compõe a mobília da sala com uma mesa e um banco de madeira, ela ensina o beabá aos adultos da vila, no lusco-fusco produzido pela lâmpada movida a gás. Passa pelo desânimo como pelo poeira: faz pouco caso dele.



Paulina, duas filhas e uma vizinha: jantar preparado à luz de candeieiros

MUNDO SINGULAR ENTRE AS PEDRAS

Se um arqueólogo do terceiro milênio resolver vasculhar o território Kalunga e comparar seus achados com os que porventura colher numa já extinta Brasília, ele não se convencerá facilmente de que sociedades tão distintas tenham sido contemporâneas.

A pouco mais de 300 quilômetros de uma das cidades mais modernas do mundo vivem cerca de 4 mil remanescentes de quilombos, que protegem sua liberdade há mais de dois séculos entre rios, serras e muitas pedras.

Primitivos nos costumes e racionais na sua organização interna, os Kalunga têm na família — no clã — a base de sua sociedade. Cerca de 600 a mil famílias se espalham por um território de 237 mil hectares — quase metade da área do Distrito Federal —, distribuídas em pequenas posses onde plantam mandioca, arroz, feijão, cana-de-açúcar e verduras. Criam gado, suínos, galinhas. Fabricam farinha, aguardente e rapadura.

Nas casas de farinha em cada residência, a mandioca é ralada nos nódulos de um pau de angico (o tronco da madeira). O principal meio de transporte para levar até 50 quilos de farinha à estrada ou à cidade são os burricos.

Tudo, porém, é uma festa para os Kalunga. "O momento de fazer a farinha é um rito onde os pais transmitem aos filhos as suas tradições", conta o professor da Universidade Federal de Goiás Joãoimar Carvalho, 46, que desenvolve pesquisa na região. O clã dos Pereira é um dos mais antigos do Kalunga. Nascido e criado no Vão de Almas, Vito Pereira Dias, 82 anos, nunca foi à cidade. "Nunca tive precisão", simplifica. Sua vida é plantar, colher e fazer filhos. Dos 12 que teve, oito estão vivos. "Filho eu sei contar, mas neto e bisneto eu não dou conta", diz. "Passa dos 100".

Assim como Vito, Antônia Rodrigues, de 76 anos, quer ver o desenvolvimento chegar ao Kalunga, desde que não mexam com seus costumes. "Eu acho bom se a estrada de rodagem entrar aqui. Tô velha. Eu dou conta de caminhar dez léguas? Não dou", diz ela.



A festa de Nossa Senhora da Abadia, no Vão de Almas: momento em que centenas de kalungueiros se encontram e pedem bênçãos para a próxima colheita

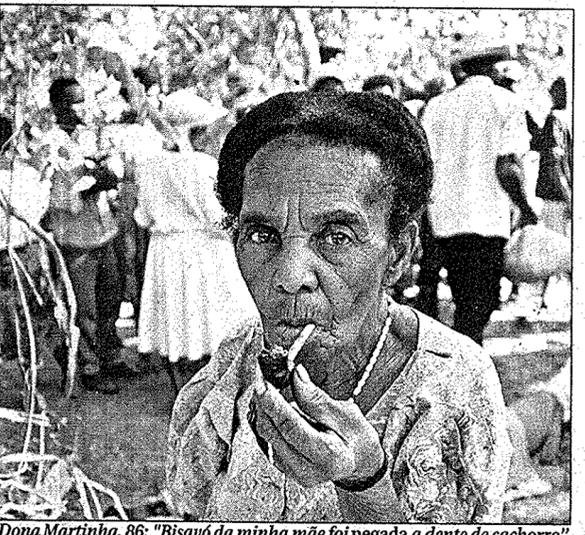
COMIDA GUARDADA PARA TEMPOS SECOS

Dona Martinha Francisca Maia é talvez a mais velha moradora do Vão de Almas. Não troca aquele vão no pé da serra, à margem das águas mornas do rio das Almas, por nada deste mundo. Não se lembra de ter passado fome. O que viu de "mais ruim" em seus aproximados 86 anos de vida — a data precisa do nascimento se perdeu no tempo — foi a seca. "Quando a chuva falta nós chama por Deus. Quando em chuva nós guarda comida para a seca", resume.

Mãe de quatro — uma das menos férteis do Kalunga —, Dona Martinha só criou dois filhos. Metade da sua cria morreu ainda na infância. Mas os dois filhos, homens, fizeram a sua parte na manutenção do clã, dando à matriarca 15 netos e 12 bisnetos, por enquanto.

Seus pais, avós e bisavós nasceram ali, no mesmo vão. A tataravó materna era escrava fugitiva. Dona Martinha se lembra da história ouvida na infância sobre a captura da tataravó pelos capitães do mato. "A bisavó de minha mãe foi pegada a dente de cachorro", conta.

A pé, em lombo de burro ou em embarcações precárias feitas num único tronco de árvore, Dona Martinha chegou até Cavalcante, Terezina, Monte Alegre. De carro, passou por Brasília e veio até Brasília. A capital, mas não troca o rio das Almas pelo Lago Paranoá. Firme nas tradições, ela não tem medo do novo: "Tenho é coragem. Nasci e criei aqui, mas sou andeja", diz. "Quero coisa boa pro meu povo: energia, escola, estrada. Pra cá só vem o bem, que Nossa Senhora das Neves só traz o bem. Quem vem de fora, a gente gosta, porque vem pra ajudar e ensina nós a conversar."



Dona Martinha, 86: "Bisavó da minha mãe foi pegada a dente de cachorro"

VIDA À BASE DE FARINHA E SONHOS

Quarta-feira, 17 de julho, final de tarde na Vila Brasileira. O sol ainda esturrica os miolos. Símplicio Archanjo Rodrigues, 35 anos, um negro de carapina quase loira e olhos verdes, chega levantando poeira com a caminhonete sem porta carregada de mandioca. João Nagô, 51, vem com ele. Estavam no lameiro. "Amanhã é dia de rapar mandioca", comenta Paulina.

Símplicio é o candidato da região a vereador, pelo PT. Principal liderança da região, ele conta com o apoio da Comissão Pastoral da Terra, que tem na irmã Miriam Inês Bersch, uma gaúcha de 53 anos, a principal articuladora.

Quinta-feira, manhã de 18 de julho. As crianças vão direto da escola para a casa de farinha. Lá, se juntam às mulheres e começam o mutirão que só vai terminar quando o lameiro esgotar a mandioca.

As tarefas são bem distribuídas. Os homens cuidam da roça, as mulheres e crianças rapam (descascam) a mandioca; os homens passam a raiz pela moenda, as mulheres disputam gota a gota o leite (a tapioca); os homens colocam a massa na prensa para secar, as crianças peneiram. João Nagô e Símplicio se revezam na árdua tarefa de secar a massa no forno, mexendo com o rodo de madeira.

Parte da produção paga o aluguel da casa de farinha. Outra parte é armazenada para o consumo das famílias. O que sobra — pouco — é vendido na cidade.

O trabalho, embora pesado, é feito com leveza. Bem humorados e alegres, eles passam o tempo contando piadas, cantando e discutindo o futuro de seus sonhos. Não se ouvem lamentações nem brigas. O mutirão só termina quando o sol dorme e os candeieiros já não descansam os olhos vivos daquela gente, guerreira desde o berço.

KALUNGA

CIDADANIA, REZA, CACHAÇA E FESTA

As três grandes festas anuais são os momentos em que a comunidade Kalunga, espalhada em cinco "municípios", se encontra e se confraterniza. O sincretismo religioso dá o tom das festas, que começam em junho e acabam em setembro — período da seca.

As festas de São João (junho), Vão das Almas (agosto) e Vão do Moleque (setembro) reúnem duas mil pessoas, entre "kalungueiros" — como se apelidam — e moradores das cidades vizinhas.

Festa é apelido. As famílias se deslocam a pé ou em burricos, por quilômetros, para se reunir numa espécie de vila cujos ranchos de palha são feitos especialmente para a ocasião. Carregam todas as tralhas em romaria — inclusive gelo e caixas de isopor para as cervejas — e passam quatro dias arranchadas.

O Correio esteve na festa do Vão de Almas, na semana passada. Chegar lá não é fácil. Terminado o asfalto, restam ainda 13 quilômetros de estrada de chão, uma hora de caminhada pelas pedras, quinze minutos de barco pelo rio Paraná e outra hora a pé pela areia.

Vale a pena, mesmo que seja só para ver o rio das Almas coalhado de mulheres e crianças lavando vasilhas antes do sol nascer, as bacias equilibradas na cabeça e as saias enroladas entre as pernas.

É uma festa religiosa. A procissão em volta da igreja acontece à noite, iluminada pelas candeias e embalada por uma ladainha puxada por dona Procópio e seu Salu. É o momento de erguer o mastro em homenagem a Nossa Senhora da Abadia, a padroeira dos Kalunga. Momento de agradecer pelo ano fértil e pedir chuva.

No dia seguinte, a coroação do Imperador inaugura uma série de cerimônias, de batizados a casamentos. Tudo regado a cachaça da terra curtida em baunilha.

Agentes de saúde, policiais e funcionários da Justiça estavam lá, vacinando, fazendo registro, identidade e título eleitoral para os Kalunga. Se eles não lembram o dia do nascimento, não tem problema: escolhem um que lhes pareça tão bonito quanto a sua história.